



Foto: Ícaro Jatobá

Primeiro balanço

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Incertezas quanto ao prazo e a extensão da reforma da Previdência, bem como sobre o capital político do Executivo para a tramitação dos demais itens da agenda liberal proposta pelo Ministério da Economia, foram o mote do debate sobre os primeiros dias do governo Bolsonaro promovido pelo FGV IBRE em abril, no Rio de Janeiro, em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Armando Castelar, coordenador da Economia Aplicada do IBRE, avaliou que o governo conseguiu formar uma equipe econômica disciplinada e apresentou propostas de reforma, tanto da Previdência quanto a tributária, mais ambiciosas do que o previsto. Mas ressaltou que os planos liberais

do ministro Paulo Guedes ainda não saíram do campo das intenções e convivem com episódios contraditórios, como a intervenção do presidente na decisão sobre o reajuste do diesel e o perdão de dívidas com o Funrural, além da falta de uma estrutura clara de apoio para articulação da pauta do governo dentro do Congresso. “Será que acabaremos com uma reforma da Previdência semelhante à proposta por Temer, mas com um lastro de peso político?”, questionou.

Castelar lembrou que a primeira calibragem de expectativas sobre o novo governo ainda se deu em um momento de revisão para baixo do crescimento brasileiro para 2019, em parte calcada nesse ambiente de

incertezas. “No início do ano, a ideia de que reformas sairiam integrais e rápidas efetivamente provocaram furor no exterior para investimento”, reforçou Roberto Fendt, secretário executivo do Conselho Empresarial Brasil-China. Manoel Pires, também do IBRE, ressaltou que o otimismo inicial quanto a um resultado melhor tinha fundamento no apoio amplo conquistado pelo tema. “Em 2015, o Congresso era muito mais reticente”, lembrou – nessa época, Pires fazia parte da equipe econômica de Dilma Rousseff. “Hoje, além do apoio do empresariado, a opinião pública também tem debatido o assunto de forma mais construtiva, há um ambiente favorável”, disse.

“Mas a atitude inicial do governo foi de ausência na defesa de sua reforma, seja junto à opinião pública, seja junto aos parlamentares”, avaliou.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do IBRE, ressaltou os efeitos da deterioração da confiança sobre o investimento e a atividade econômica como um todo, questionando se a estratégia do novo governo não deveria ter sido seguir com o texto da Previdência que já estava tramitando, “e virar a página para olhar outras reformas”. Indagação reforçada por Bruno Ottoni, pesquisador-associado do IBRE, que alertou que um resultado desidratado, que gere uma economia, em dez anos, mais na faixa de R\$ 600 bilhões do que do R\$ 1 trilhão almejado pelo governo “nos levará a voltar ao tema da reforma em cinco ou dez anos mais”. Para Ottoni, no caso dessa redução, o importante é evitar que isso seja comunicado à sociedade como uma derrota, “em benefício dos outros ajustes que virão”. Silvia, por sua vez, defendeu que nesse processo de negociação o ideal é que fosse preservada a desvinculação constitucional, “o que nos proporcionaria novas rodadas de reforma a um custo menor”.

Para Samuel Pessôa, pesquisador-associado do IBRE, a ideia de uma reforma da Previdência desidratada confirma a avaliação de que “a economia política brasileira não permite algo mais ambicioso”. O resultado dessa fraqueza, entretanto, poderá ser uma estagnação econômica nos próximos anos, afirmou. Na análise de Pessôa, um cenário de inflação baixa, elevado nível de reservas cambiais e o teto dos gastos poderia anestesiar os ânimos e manter o país crescendo

A ideia de uma
reforma da Previdência
desidratada confirma
a avaliação de que
“a economia política
brasileira não permite
algo mais ambicioso”

pouco, em torno de 1% a 2%, sem risco de rupturas.

No evento, Pessôa defendeu a necessidade de o governo conter os interesses corporativos que pesam nas decisões do Executivo e do Congresso. “Há dois processos que dominaram as escolhas até agora: o teorema do eleitor mediano e a lógica da ação coletiva, que foram esgotadas pela crise fiscal. Mas enquanto o Congresso consegue digerir melhor as pautas contrárias ao interesse do eleitor mediano, em nome de um bem comum maior, a segunda frente oferece mais resistência”, disse, afirmando que, “essa sim, será a verdadeira agenda liberal que o governo Bolsonaro poderá apresentar”.

Fernando Veloso, pesquisador do IBRE, lembrou que esse problema de coordenação de interesses transcende o governo Bolsonaro, mas que precisa ser atacado. “É uma herança do nacional desenvolvimentismo, que o economista Marcos Mendes chamou de ‘redistribuição para todos’: em vez de tirar privilégios, trata-se de

arrumar o sistema de forma a dá-los para todos. Foi assim que o sistema tributário brasileiro se tornou extremamente complexo”, disse.

Octavio Amorim, da FGV Ebape, não demonstrou otimismo quanto à capacidade do governo em virar essa mesa. “Esse governo é muito heterogêneo, e o presidente sequer estabeleceu posição relativa, nem hierarquia, de seus grupos de apoio”, afirmou, o que torna o cenário de forças ainda mais difuso. Carlos Pereira, também da FGV Ebape, corroborou essa análise, alertando que a falta de lubrificação nas relações políticas, especialmente com o Congresso, poderá inflacionar o preço de adesão às reformas no decorrer do mandato. “O presidencialismo multipartidário não funciona sem moedas de troca. Como neste governo as trocas não estão sendo feitas de forma proporcional ao peso dos parceiros, corre-se o risco de se ter de partir do zero a cada *round* de negociação, e nesse caso os custos de gerenciamento político tendem a subir”, diz.

Outro problema dessa dinâmica apontado por Amorim é o de que, frente à divisão clara entre Executivo e Congresso, haja resistência em dividir os louros de uma retomada econômica estimulada pelas reformas. “Hoje vemos que o Congresso já está buscando uma agenda própria, como no caso da aprovação do orçamento impositivo para emendas de bancada e a apresentação de proposta de reforma tributária”, lembrou, reforçando que, se ambos mantiverem a ideia de brigar pelo crédito de cada conquista, o risco de caos será ainda maior.

O evento teve a moderação dos colunistas do *Estadão*, Celso Ming e Adriana Fernandes. 